

20 Anos da Política Nacional de Acesso aos Antirretrovirais

Amplia a noção de direito à saúde, mas não garantiu a sustentabilidade de acesso ao melhor tratamento existente

Importância da Lei
Impacto na saúde
Desafios no presente

Importância da Lei: torna o acesso aos ARV um política Nacional e de Estado

AZT em 1991

Produção nacional

Inibidores de protease em alguns estados e municípios

Impacto: da “cesta básica” ao reconhecimento do medicamento como direito à saúde

Restrita lista de medicamentos fornecidos pelo SUS
Um dos principais gastos das famílias com saúde

Universalidade interroga a factibilidade da universalidade do SUS e a sustentabilidade da política

Impacto: cria um arcabouço que reforça o papel regulador do Estado

Preço: compra e de negociação

Fornecimento e preço justo: indústria nacional estatal

Incorporação no SUS: sistemática baseado em evidência

Impacto: evidência as contradições de TRIPS e da Lei de patentes brasileira

A garantia do monopólio em saúde coloca em risco a vida e restringe a ação do estado

Enfraquece ainda mais a indústria nacional

Impacto: reforça os laços de solidariedade e de desenvolvimento Sul-Sul

Coloca na agenda internacional o direito ao acesso
Aumenta o protagonismo dos países pobres e de renda média

Impacto: aproxima a expectativa de vida de pessoas com HIV ao da população geral

Redução da mortalidade
Melhora da qualidade de vida
Redução do estigma

Desafios: os melhores resultados da política já não são mais observados

O melhor tratamento → ampliação do tempo de incorporação ou a não incorporação do medicamento

Preços justos → a produção é mais cara do que o mercado internacional, enfraquece o poder de compra e negociação

Melhora da qualidade de vida → Interrupção do efeito positivo do medicamento na saúde

A universalidade tem sido garantida com a redução da qualidade do tratamento e com prejuízo à qualidade de vida de pessoas com HIV

Futuro?

O programa Ponte para o Futuro do PMDB afirma que gastos obrigatórios, atribuídos ao Estado pela Constituição, como a saúde e a educação, impedem ajustes fiscais, quando necessários

Atribui aos gastos sociais o desequilíbrio das contas públicas, sob a argumentação de que “*gasta-se muito com resultados piores do que o de outros países*”